



## FEMINISMO E UNIVERSALISMO: AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS FRENTE E ALÉM DA COMISSÃO SOBRE O STATUS DA MULHER DA ONU

### FEMINISM AND UNIVERSALISM: THE DISCOURSE STRATEGIES IN THE FACE OF AND BEYOND THE UNITED NATIONS' COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN<sup>1</sup>

Luiza Kormann<sup>2</sup>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3400-0055>

Submissão: 11/06/2020

Aprovação: 23/06/2020

#### RESUMO:

O presente artigo busca, por meio da análise da construção histórica da Conferência sobre o Status da Mulher da ONU, explorar o desafio do Direito Internacional de Direitos Humanos de ser universal na diversidade. As Sessões anuais da CSW são palco, em seu interior e arredores, de interações e conexões interculturais entre lideranças governamentais, organizações da sociedade civil e demais atores. Ao explorar como se dão essas relações e, mais especificamente, como as estratégias discursivas incidem e moldam os diálogos entre as partes, pretende-se verificar os efeitos práticos dessas conexões na pauta feminista global.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismo. Universalismo. Estratégias discursivas. CSW.

#### ABSTRACT:

This article seeks, through the analysis of the historical construction of the UN Conference on the Status of Women, to explore possible strategies after the challenge to the International Human Rights Law to be universal in diversity. The annual CSW sessions create a fertile ground for intercultural interactions and connections with government leaders, civil society organizations and other actors from around the world. By exploring how these relationships take place and, more specifically, how discursive strategies shape the dialogues between

<sup>1</sup> Trabalho orientado pela Coordenadoria do Curso de Formação Direitos Humanos I, dirigido pelo Titular da Cadeira San Tiago Dantas, Doutor Alfredo Attié Jr.

<sup>2</sup> Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Acadêmico Belas Artes de São Paulo, articuladora de gênero do Engajamundo e pesquisadora no Observatório Social do Brasil.  
E-mail: luiza.kormann@gmail.com

parties, it is intended to verify the practical effects of these connections on the global feminist agenda.

**KEYWORDS:** Feminism. Universalism. Discourse strategies. CSW.

## 1. INTRODUÇÃO

A criação da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) foi inicialmente concebida em fevereiro de 1946, no documento final da primeira Sessão do Conselho Econômico e Social (E/1st sess./Resolutions), pelo qual estabelece-se a Comissão de Direitos Humanos e sua Subcomissão sobre o Status da Mulher.

A Subcomissão sobre o Status da Mulher teve sua primeira rodada de reuniões entre 29 de abril e 13 de maio de 1946. O relatório das reuniões (E/HR/18), em conjunto com o relatório da Comissão de Direitos Humanos (E/38/Rev. 1) levou à Resolução de 21 de junho de 1946 da ECOSOC (E-RES/11(II)), que concedeu à Subcomissão o status de Comissão plena, reportando diretamente à ECOSOC.

Desde sua concepção, a Comissão manteve e mantém relações próximas com organizações da sociedade civil. Os encontros dos Estados-Membros se moldaram de maneira a incluir ONGs não somente como observadoras dos encontros oficiais, mas também como coprotagonistas na programação da agenda das Sessões anuais de eventos paralelos às reuniões oficiais.

O evento ocorre periodicamente desde 1946 em concordância com os princípios norteadores estabelecidos em 1947, durante sua primeira Sessão:

*elevar o status das mulheres, independentemente de nacionalidade, raça, idioma ou religião, à equidade com relação aos homens em todos os campos de atuação humana, e eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher nas disposições de regimes estatutários, em máximas legais ou regras ou na interpretação do direito consuetudinário.<sup>3</sup>*

---

<sup>3</sup> Tradução livre de: to raise the status of women, irrespective of nationality, race, language or religion, to equality with men in all fields of human enterprise, and to eliminate all discrimination against women in the provisions of statutory law, in legal maxims or rules, or in interpretation of customary law.

Os trabalhos da CSW, de sua fundação até hoje, podem ser divididos em sete fases<sup>4</sup>: inicialmente, entre 1947 e 1962, fundações legais para a equidade de gênero asseguradas; entre 1963 e 1975, promoção da participação das mulheres no desenvolvimento; entre 1976 e 1985, a Década da Mulher da ONU; entre 1986 e 1995, colocação da mulher na pauta global; entre 1996 e 2005, avanços no progresso para a mulher; entre 2006 e 2015, aceleração da realização da equidade de gênero e empoderamento feminino e; entre 2015 e 2030, realização da equidade de gênero e empoderamento feminino para mulheres e meninas.

A característica fundamentalmente internacional, ou universal, dos temas dos Direitos Humanos, e seu desafio de ser universal na diversidade, não é isenta de polêmicas, como coloca André de Carvalho Ramos na sua obra Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional (2012, p. 91-92). A construção da pauta feminista no âmbito da ONU, como se evidenciará no presente artigo, não foge às dificuldades da problemática, que será norteadora para o trabalho apresentado.

Para os movimentos para equidade de gênero e empoderamento feminino, os desafios da universalidade somam-se aos desafios da linguagem na qual os temas do feminismo são discutidos. A questão é elucidada por Bell Hooks em O Feminismo é para Todos:

*Enquanto a legitimação acadêmica era crucial para o avanço do pensamento feminista, ela criou uma nova combinação de dificuldades. De repente, o pensamento feminista que surgiu diretamente da teoria e da prática recebeu menos atenção do que a teoria metalinguística, criando um jargão próprio; foi escrita exclusivamente para o público acadêmico. Era como se um grande número de pensadoras feministas tivesse se juntado para formar um grupo de elite e escrever uma teoria que pudesse ser compreendida somente por um bando 'inserido'.<sup>5</sup>*

<sup>4</sup> Tal qual organizado na publicação "A short history of the Commission on the status of women" da ONU Mulheres.

<sup>5</sup> HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadores. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018, p. 45.

A academização do pensamento feminista "enfraquece o movimento feminista por meio da despolitização".<sup>6</sup> Como os movimentos feministas, as organizações da sociedade civil e demais atores enfrentam a despolitização da temática? E em qual medida o espaço da CSW fortalece as pautas feministas?

Visando alguma elucidação sobre os questionamentos postos, o artigo será estruturado de forma a, primeiramente, apresentar o processo de criação da CSW. Na sequência, expor os conceitos de espiral de influência e estratégias discursivas na política. Esses conceitos, por sua vez, contribuirão para uma percepção mais aprofundada da Sessão quarta, que elucidará a construção e a evolução histórica da CSW através das quatro Conferências Mundiais sobre as Mulheres até a construção das agendas de desenvolvimento mundiais, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2000 e a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Por fim, será analisado como se dão as conexões dessas partes diversas e o impacto dessas relações com a universalidade da pauta feminista e sua presença na Agenda 2030.

## 2. A CRIAÇÃO DA COMISSÃO SOBRE O STATUS DA MULHER

Na Carta de São Francisco, tratado que cria a Organização das Nações Unidas, lê-se "*reafirmar a fé fundamental nos direitos humanos, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas (...)*". Dentre os 160 signatários, estavam presentes quatro mulheres. Bertha Lutz (Brasil) e Minerva Bernardino (República Dominicana) foram as responsáveis pela inclusão da "mulher" no documento. A Carta da ONU é, portanto, considerada o marco inicial da luta pelos direitos das mulheres e meninas no âmbito internacional.

A Carta das Nações Unidas, elaborada entre os meses de abril e junho de 1945, foi assinada em 26 de junho, último dia da Conferência sobre Organização Internacional. A Organização das Nações Unidas passou a existir após a ratificação da Carta pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a então União Soviética), somados a maioria dos signatários, em 24 de outubro de 1945.

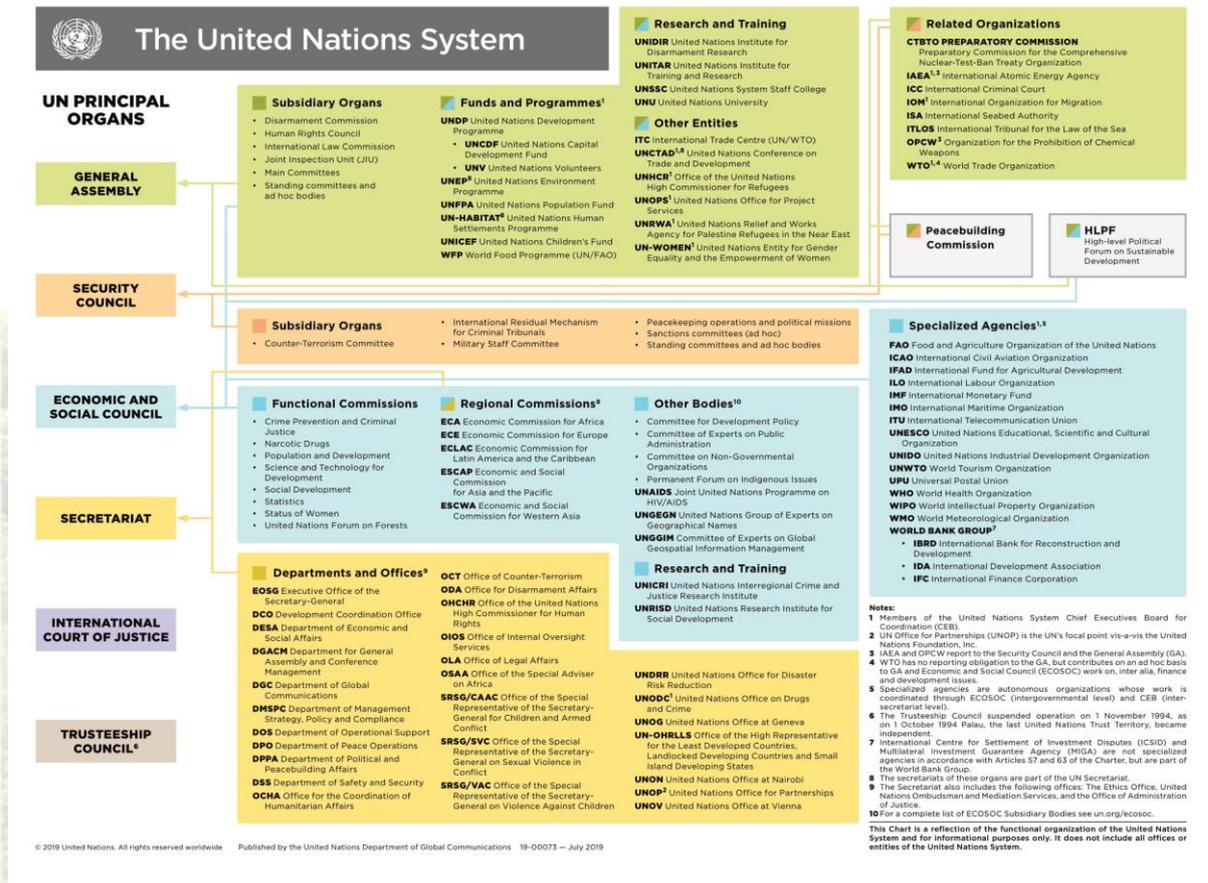
A Organização das Nações Unidas é composta por seis principais órgãos: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Secretariado, Corte

---

<sup>6</sup> Ibid

Internacional de Justiça e o Conselho de Tutela<sup>7</sup>, conforme estabelecidos pela Carta. A Figura 1 apresenta o *corpus* do sistema ONU:

Figura 1: Sistema ONU<sup>8</sup>



A Comissão sobre o Status da Mulher é, atualmente, uma das oito comissões funcionais do ECOSOC, estabelecido pelo capítulo décimo da Carta. A primeira Sessão do ECOSOC ocorreu entre os dias 23 de janeiro e 18 de fevereiro de 1946, período no qual adotaram-se 13 resoluções<sup>9</sup>. Dentre suas primeiras determinações, o órgão estabeleceu, pela resolução (E/20), a Comissão de Direitos Humanos e sua Subcomissão sobre o Status da Mulher<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> O Conselho de Tutela era responsável pela supervisão da administração dos territórios sob regime internacional. Suspendeu suas atividades em 19 de novembro de 1994, com a independência do Palau.

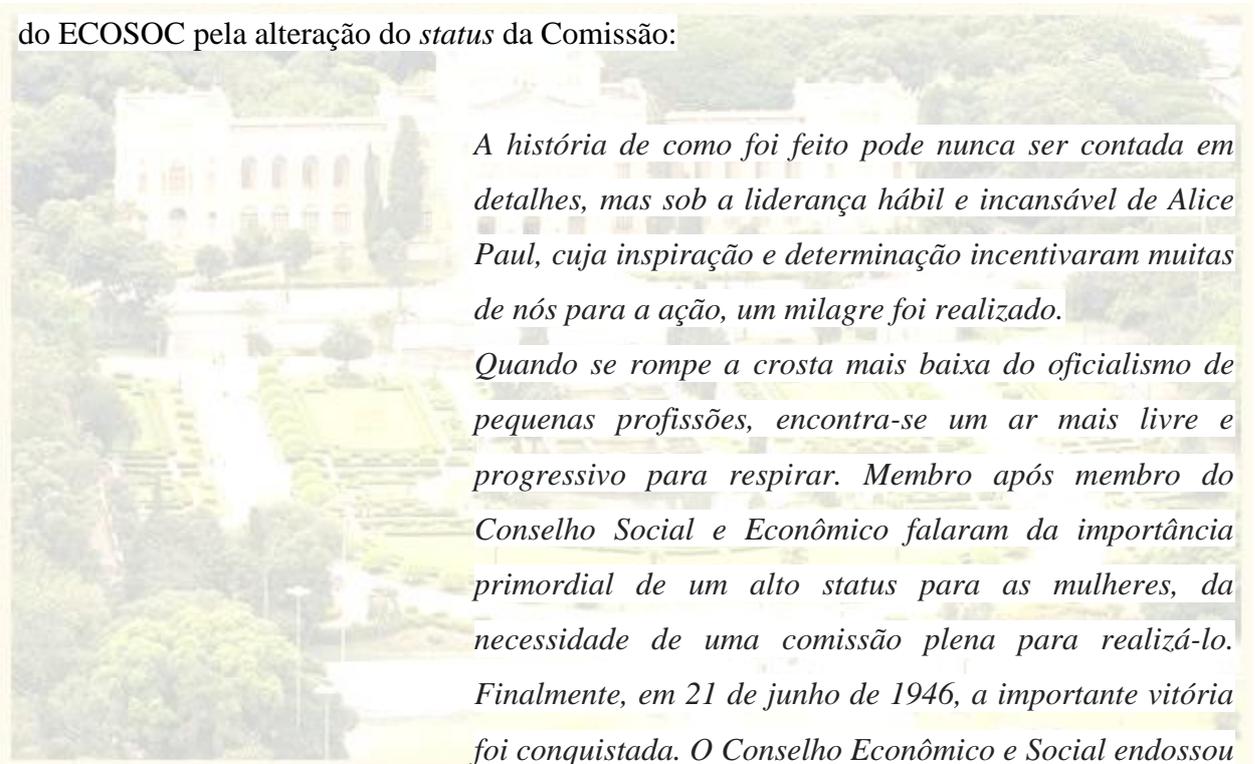
<sup>8</sup> United Nations Department of Global Communications, 2019.

<sup>9</sup> Compilação disponível em E/1stess-Resolutions.

<sup>10</sup> Vale notar-se os esforços da delegação brasileira em trazer materialidade e proeminência à pauta ao propor formalmente a criação de uma comissão de mulheres para o “estudo de seu *status* político” frente ao ECOSOC. Evidência salientada no relatório sobre a primeira reunião da primeira Sessão da CSW (E/CN-6/SR-1) em 10 de fevereiro de 1947, p. 2.

A primeira e única Sessão da Sub-CSW ocorreu entre 29 de abril e 13 de maio de 1946. Em junho daquele ano, viria a se tornar uma das comissões funcionais do ECOSOC. O documento final da referida Sessão (E/HR/18), em conjunto com o relatório da Comissão de Direitos Humanos (E/38/Rev. 1), levou o ECOSOC ao entendimento da necessidade de elevar o status da CSW para comissão plena, tal qual como expresso na resolução (E/RES/11(II)) de 21 de junho de 1946.

A criação da CSW, em suas duas fases, foi fruto dos esforços de delegadas e organizações da sociedade civil.<sup>11</sup> Stienstra<sup>12</sup> resgata a publicação *Equal Rights*, de outubro de 1946, que apresenta um relato descritivo dos bastidores das mobilizações por parte do Partido Mundial da Mulher e de sua fundadora, Alice Paul, no trabalho pela persuasão dos membros do ECOSOC pela alteração do *status* da Comissão:



*A história de como foi feito pode nunca ser contada em detalhes, mas sob a liderança hábil e incansável de Alice Paul, cuja inspiração e determinação incentivaram muitas de nós para a ação, um milagre foi realizado.*

*Quando se rompe a crosta mais baixa do oficialismo de pequenas profissões, encontra-se um ar mais livre e progressivo para respirar. Membro após membro do Conselho Social e Econômico falaram da importância primordial de um alto status para as mulheres, da necessidade de uma comissão plena para realizá-lo. Finalmente, em 21 de junho de 1946, a importante vitória foi conquistada. O Conselho Econômico e Social endossou o relatório do subcomitê para fazer do Status da Mulher uma Comissão plena, de responsabilidade direta do Conselho Econômico e Social.<sup>13</sup>*

O documento final da Sessão de 1946 (E/HR/18) foi adotado pela CSW em sua primeira Sessão, que ocorreu entre os dias 10 e 25 de fevereiro de 1947. Foi ali inaugurada a

<sup>11</sup> WINSLOW, Anne. **Women, Politics, and the United Nations:** Contributions in Women's Studies. Greenwood Press: Westport, 1995, p. 178

<sup>12</sup> STIENSTRA, Deborah. **Women's Movements and International Organizations.** London: The Macmillan Press, 1994, p. 84

<sup>13</sup> Ibid

primeira fase de trabalhos da CSW, reconhecida por assegurar as fundações legais para a equidade de gênero.

Na primeira Sessão da Comissão<sup>14</sup> foi definida: sua estrutura como uma organização de 15 representantes rotativos, a serem selecionados de acordo com suas capacidades técnicas; o escopo de atuação da Comissão; seu relacionamento com demais órgãos das Nações Unidas; seu relacionamento com ONGs; além de se discutir embrionariamente a interseccionalidade e o protagonismo das relações de gênero nas sociedades. Estiveram presentes organizações de mulheres da sociedade civil, sendo que 12 apresentações formais foram ouvidas pela Comissão no decorrer da Sessão<sup>15</sup>.

A próxima seção do artigo apresentará ao leitor uma breve explanação sobre estratégias discursivas, instrumentalizando o acompanhamento do histórico de caminhos e avanços da CSW, assim como a participação e incidência das organizações da sociedade civil nessa arena. Entretanto, antes de avançar, é necessário apresentar o estabelecimento da natureza das relações das ONGs com a ONU.

O Conselho Econômico e Social é responsável, segundo atribuição conferida pelo artigo 71 da Carta da ONU, pelo ordenamento das relações consultivas das Nações Unidas com ONGs, tanto nacionais quanto internacionais. Em cumprimento à Carta e às recomendações da AGNU por arranjos que possibilitassem a colaboração com ONGs, o ECOSOC adotou, dentre suas 13 primeiras resoluções, o estabelecimento do Comitê sobre Acertos para Consulta com Organizações Não Governamentais,<sup>16</sup> hoje Comitê sobre Organizações Não Governamentais.<sup>17</sup>

A primeira Sessão do Comitê ocorreu em 20 de fevereiro de 1946 em Londres, seguida da Sessão de 20 a 22 de maio de 1946. As reuniões ocorridas no período culminaram no relatório E/43/Rev.2 do Comitê e, por fim, na adoção da E/RES/3(II) do ECOSOC, que estabelece: lista de critérios para elegibilidade das ONGs na lista de organizações consultivas de acordo com o artigo 71 da Carta da ONU; mecanismos para a aplicação dos princípios; princípios sobre a natureza consultiva; acertos para consulta com o Conselho; acertos para consulta com comissões e; acertos gerais.

<sup>14</sup> E/281/Rev.1.

<sup>15</sup> STIENSTRA, Deborah. **Women's Movements and International Organizations**. London: The Macmillan Press, 1994, p. 84.

<sup>16</sup> E/24.

<sup>17</sup> É possível localizar o Comitê na Figura 1 > ECOSOC > Other Bodies. A lista completa dos órgãos subsidiários ao ECOSOC disponível em [un.org/ecosoc](http://un.org/ecosoc).

Uma vez compreendido o vínculo consultivo como aquele sem direito a voto e que visa garantir o acesso às organizações da sociedade civil ao Conselho e ao *corpus* das Nações Unidas com informações ou conselhos especializados, ao passo que "possibilita organizações que representem importantes elementos da opinião pública que expressem suas visões"<sup>18</sup>, devem ser salientados, em relação ao escopo do presente artigo, os critérios iniciais aos quais as ONGs deveriam atender para serem elegíveis para *status* consultivo para com o ECOSOC. São eles: estar em conformidade com "o espírito, objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas"<sup>19</sup>; tratar de temas que tangem o Conselho; não ter histórico de colaboração com atividades fascistas; ser formalmente estabelecida<sup>20</sup>; ser, preferencialmente, internacional em sua estrutura; se nacional, o Estado-Membro ao qual pertence será previamente consultado sobre a concessão do vínculo consultivo.

As organizações que atendessem aos critérios receberiam o vínculo consultivo, categorizado de acordo com o(s) tema(s) tratado(s) da seguinte maneira: (a) organizações com interesse básico/geral na maior parte das atividades do Conselho enquanto são proximamente ligadas à área econômica/social que representam; (b) organizações com uma competência especial/específica interessadas em apenas alguns dos temas do Conselho; (c) organizações primordialmente interessadas no desenvolvimento da opinião pública e na disseminação de informação.

No decorrer do período, foi também incluída a Seção sobre o Status da Mulher na Divisão de Secretariado da ONU para os Direitos Humanos, que hoje corresponde ao *Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights*. Em 1978, a Seção viria a se tornar a Divisão para o Avanço da Mulher e, em 2010, se consolidaria como ONU Mulheres.

### 3. AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS E A ESPIRAL DE INFLUÊNCIA

*"Há o Intérprete Intencional, que é uma determinação da mente do falante; o Intérprete Efetivo, que é uma determinação daquela mente dentro da qual têm de se*

<sup>18</sup> Tradução livre de "to enable organizations which represent important elements of public opinion, to express their views. E/RES/3(II) p. 484. Percebe-se aqui um esboço da formação da CSW como palco de conexões e co-construções: um espaço para exposição de visões.

<sup>19</sup> E/RES/3(II) p. 482

<sup>20</sup> apresentar sede, corpo executivo, ter convenção própria e autoridade para falar em nome de seus membros, entre outros.

*fundir as mentes do falante e do intérprete, para que ocorra qualquer comunicação. Essa mente pode ser chamada de commens. Ela consiste em tudo que é, e deve ser bem entendido entre falante e intérprete no início, de modo que o signo em questão possa preencher a sua função.*<sup>21</sup>

No trecho da carta de Charles Peirce à Victoria Welby, é invocado o conceito de comunidade, "ação recíproca entre agente e paciente, portanto comunicação enquanto serem-comum, vinculação fusional entre um e outro".<sup>22</sup> Uma *commens* construída com êxito, ou seja, na qual os signos desejados são expostos e recebidos de forma eficiente pelos atores que interagem, nada mais é que a construção de um senso de comunidade, que por sua vez é capaz de se tornar um ser social próprio.

A constituição da CSW, como visto anteriormente, foi fruto de diversas interações dos atores que, na busca por seus objetivos próprios, construíram uma base comum de objetivos coletivos. Em outras palavras, a *commens* formada foi exitosa na transmissão de seus signos, e assim é possível verificar a constituição do grupo social a partir do *commens*. Nas palavras de Muniz Sodré:

*"(...) da vinculação ou do entrelaçamento econômico, político, cultural e afetivo que constitui o ser social, o socius — em outras palavras, a condição de possibilidade do sujeito —, surgem as instituições (nação, família, associações diversas, etc.), capazes de funcionar tanto como pano de fundo quanto como operadores da identidade humana. São vinculativos os discursos, as ficções e os mitos da fundação da comunidade histórica que preside as identificações — com o Estado-Nação, com os valores (comunidade, família, trabalho, etc.) e com o ethos ou atmosfera emocional coletiva."*<sup>23</sup>

21 HARWICK, Chales. *Semiotics and Signifcs: the Peirce-Welby Correspondance*. Bloomington: Indiana University Press, 1977.

22 SODRÉ, Muniz. *As Estratégias Sensíveis: afeto, mídia e política*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 92

23 SODRÉ, Muniz. *As Estratégias Sensíveis: afeto, mídia e política*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 93

O movimento de criação da Comissão sobre o Status da Mulher e a inserção da mulher na pauta global geram uma contínua e crescente relevância do tema na agenda internacional. O processo de construção dessa instituição, a partir dos entrelaçamentos dos atores envolvidos tem como resultado, no âmbito internacional, a criação e a implementação de normas, mecanismos, agências, comissões etc., ou, como descreve Price, uma "espiral de influência" ou "cascata das normas".<sup>24</sup> A emergência normativa de uma pauta — aqui, dos direitos das mulheres —, tem, para Price, as ONGs entre seus atores-chave.

O autor ressalta o papel de "provedores de expertise objetiva"<sup>25</sup> que os ativistas de direitos humanos têm, ao lado de cientistas e técnicos. Portanto, a reputação que lhes é conferida é o que legitima sua relevância, o que o autor chama de "autoridade moral"<sup>26</sup>. No contexto internacional, o autor segue sua argumentação ao indicar as organizações da sociedade civil organizada como atores-chave na política internacional. Ele indica que "não podemos compreender alguns resultados da política mundial se não considerarmos a influência dos atores das organizações da sociedade civil transnacional",<sup>27</sup> uma vez que a atuação desses entes na arena internacional visa informar e persuadir os tomadores de decisão a adotarem ou abandonarem certas políticas ou posições.

As políticas, como estabelece Rebelo:

*"(...) podem ser entendidas como sendo representativas das intenções e direções de uma organização. Por meio de documentos, a instituição estabelece as diretrizes que serão aplicadas em determinado caso, ajudando a direcionar os membros à ação coletiva. As normas informam as políticas adotadas, que, por sua vez, carregam princípios e significados morais."*<sup>28</sup>

24 REBELO, Tamyá. A atuação das Organizações Não Governamentais no Conselho de Segurança das Nações Unidas: os casos das agendas temáticas sobre Crianças e Mulheres. p. 38

25 PRICE, Richard. Transnational Civil Society and Advocacy in World Politics. World Politics, Cambridge University Press, v. 55, n. 4, p. 579-606, Cambridge, Jul. 2003. p. 589.

26 Ibid

27 Ibid, p. 591.

28 REBELO, Tamyá. A atuação das Organizações Não Governamentais no Conselho de Segurança das Nações Unidas: os casos das agendas temáticas sobre Crianças e Mulheres. p. 38

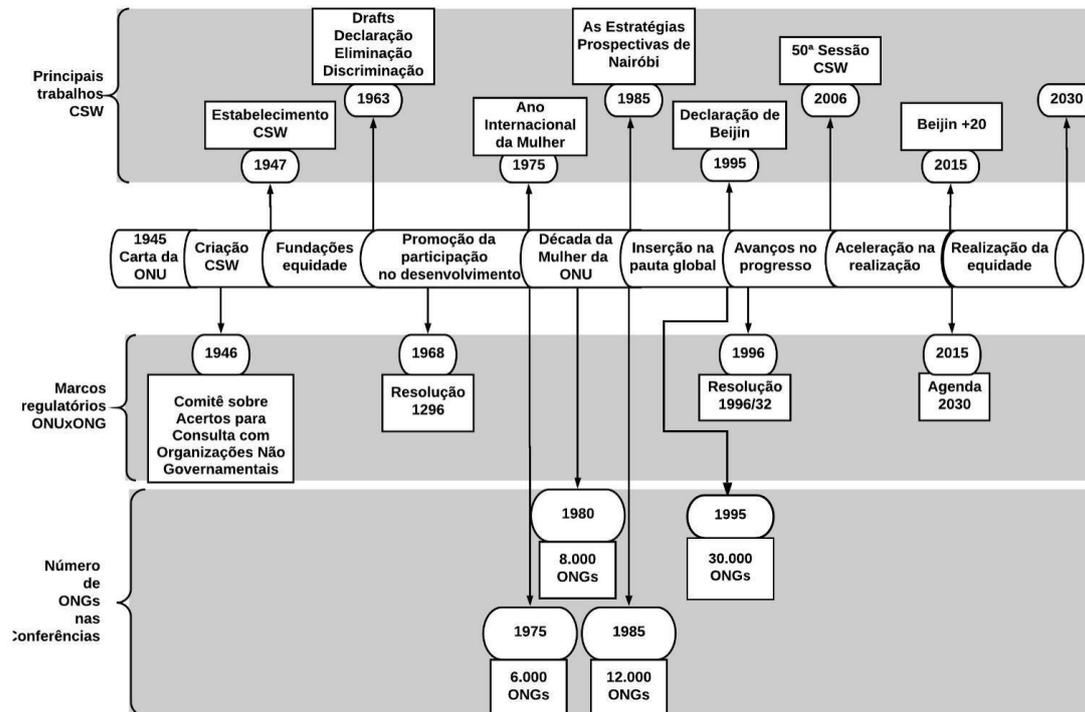
Os princípios e significados morais existentes na política são fruto dos processos de articulação e negociação dos atores do plano internacional. Os tomadores de decisão, os Estados, sofrem influências dos demais atores desse plano (agências especializadas, organizações internacionais, ONGs, demais Estados etc.) e também do plano doméstico (população, disputas político-partidárias, ONGs locais etc.).

A breve elucidação deste arcabouço teórico serve ao aprofundamento da construção histórica da Comissão sobre o Status da Mulher a ser apresentada na seção subsequente. Deve-se compreender a complexidade da construção das políticas internacionais e a relevância dos relacionamentos estabelecidos nos bastidores dos palanques internacionais na sua trajetória de implementação, mesmo, e principalmente, quando a transparência da historicidade dessas interações seja dificultada.

#### 4. A CONSTRUÇÃO E EVOLUÇÃO DA COMISSÃO SOBRE O STATUS DA MULHER

Vista a criação da CSW, tanto como sujeito quanto como espaço de interação entre os atores, a presente seção apresentará a construção histórica da CSW e a crescente permeabilidade da Comissão para com as organizações da sociedade civil em quantidade de organizações presentes nas Sessões, assim como nas medidas adotadas pelo *corpus* das Nações Unidas sobre o relacionamento desta para com as ONGs. A Figura 2 a seguir apresenta a linha do tempo da CSW (dividida nas sete fases estabelecidas no documento da ONU Mulheres), com os principais trabalhos da CSW, os documentos de regulação do relacionamento ONUxONG e a presença, em números, de ONGs nas Conferências Mundiais da Mulher:

**Figura 2:** Linha do tempo da construção da CSW <sup>29</sup>



A firmada Comissão sobre o Status da Mulher teve sua primeira Sessão, como mencionado na seção 2 do artigo, entre os dias 10 e 24 de fevereiro de 1947 em Nova York. O primeiro período da CSW se estende até o ano de 1962 e é marcado por iniciativas que buscaram assegurar as fundações legais para a equidade de gênero.

Mantendo uma relação próxima com a Comissão de Direitos Humanos desde o princípio, um dos primeiros trabalhos da CSW foi a contribuição com a redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Através do documento final da primeira Sessão<sup>30</sup>, A Comissão solicita ao ECOSOC que a presença dos oficiais da CSW fosse considerada na Sessão de redação da DUDH da Comissão de Direitos Humanos, assim como que fossem circulados desenvolvimentos na elaboração do documento com membros da CSW simultaneamente aos membros da CDH. O trabalho de revisão e comentários por parte de representantes da CSW foi vitorioso em garantir uma linguagem sensível a gênero na DUDH, contornando colocações como "*homens são irmãos*" e evitando o uso de "*homem*" para referir-se à humanidade.<sup>31</sup>

30 E/281/Rev.1

31 UN WOMEN. *A Short History of the Commission on the Status of Women*. New York: UN Women, 2019. p. 5

O período de 1947 a 1962 foi marcado pela formulação de convenções internacionais na temática de direitos das mulheres e equidade de gênero, assim como pela extensa pesquisa sobre a situação das mulheres ao redor do mundo em relação a direitos políticos, acesso à educação, oportunidades de trabalho, entre outros<sup>32</sup>. Os principais avanços do período foram nas áreas de direitos políticos, casamento e educação.

Em 1945, apenas 25 dos 51 Estados-Membros da ONU garantiam o direito equitativo ao voto.<sup>33</sup> A partir desses dados, a Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres foi apresentada e, em 20 de dezembro de 1952, adotada pela Assembleia Geral da ONU. O documento foi o primeiro instrumento legal internacional a reconhecer e proteger o direito das mulheres a voto, exercício de funções públicas, candidatar-se a eleições e manter cargos públicos.

Em relação a questões ligadas aos direitos da mulher sobre casamento, a Comissão se atentou às diferenças legais dos Estados sobre casamento, divórcio e residência familiar. Os marcos legais são: a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, adotada em 29 de janeiro de 1957, que reconhecia o direito da mulher casada à nacionalidade própria e desvinculada da figura do marido; a Convenção sobre Casamento Consentido, Idade Mínima para Casar e Registro de Casamentos, adotada em 7 de novembro de 1962; e a Recomendação sobre Casamento Consentido, Idade Mínima para Casar e Registro de Casamentos, adotada em 1º de novembro de 1965.

No mesmo período, a Comissão realizou, em parceria com a UNESCO, o desenvolvimento de programas para alfabetização de mulheres e equidade no acesso à educação, assim como, em parceria com a OIT, a elaboração do estudo sobre direitos econômicos das mulheres que viria a corroborar a Convenção sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor de 1951 (UN WOMEN, p. 6).

Ainda foram trabalhadas questões de violência patriarcal tradicionais, como a mutilação genital, com tímidos avanços. Deve ser ressaltada a inclusão da pauta no debate internacional, levando luz a práticas que violam a integridade física e direitos humanos das mulheres. De qualquer forma, não seria até a década de 1980 que a mutilação genital feminina viria a ser reconhecida como uma forma de violência contra a mulher.

Assegurar a pavimentação para o longo caminho a ser trilhado na busca pela equidade de gênero foi o movimento de buscar expandir a discussão e a reflexão sobre a pauta

---

<sup>32</sup> Ibid

<sup>33</sup> Ibid, p. 6

e relações de gênero nas Nações Unidas — a busca pelo recorte e a interseccionalidade da temática. Não foi sem reações contrárias que os avanços do período foram galgados.

O escopo de trabalho da CSW foi amplamente debatido no Conselho Econômico e Social ao longo de diversas reuniões. A materialidade da questão de gênero, assim como os esforços necessários para combater desigualdades foram motivações para debates na esfera do Conselho, nos quais possíveis dismantelamentos de pautas inseridas no escopo da CSW foram levantados<sup>34</sup>. Foram mais de 250 participações de ONGs e até 50 novas solicitações para status consultivo em temas de gênero junto ao Comitê sobre Acertos para Consulta com Organizações Não Governamentais<sup>35</sup>.

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelos diversos processos de independência de ex-colônias ao redor do globo. Foram estabelecidos 66 novos Estados no período, significando, no âmbito das Nações Unidas, a expansão vertiginosa de Estados-Membros. Devido ao longo e marcante processo imperialista pelos quais tais recém-formados países haviam sido submetidos, o ecossistema ONU passou a tratar, com gradativo empenho, questões relativas aos países em desenvolvimento.

Deve-se salientar a influência da Guerra Fria nas relações entre os organismos das Nações Unidas e ONGs. A bipolaridade característica, acrescida à desconfiança entre os blocos socialista e capitalista na arena internacional, levou a iniciativas de fechamento dos Estados-Membros para com demais atores do cenário internacional. O aumento do número de Estados-Membros, em sua maioria recém-formados e atravessados por dificuldades internas, culminou em uma ECOSOC despreparada para lidar com as adversidades apresentadas<sup>36</sup>. A década de 1960 foi marcada por um abrandamento dos vínculos consultivos, acarretando na desnormalização das relações, mesmo que continuada diversas relações sem novas vinculações<sup>37</sup>.

O contexto também foi marcado pelo fortalecimento e crescimento de movimentos feministas e pela maior conscientização sobre a discriminação de gênero e a violência patriarcal. O cenário, somado aos trabalhos da primeira fase da CSW e ao tensionamento crescente da Guerra Fria, levaram a Assembleia Geral da ONU (AGNU) a

<sup>34</sup> A delegação do Reino Unido argumentou que "as atividades de todos os órgãos das Nações Unidas e de todas as agências especializadas afetam, em maior ou menor grau, a condição da mulher, uma vez elas sendo membros integrantes da sociedade". STIENSTRA, Deborah. **Women's Movements and International Organizations**. London: The Macmillan Press, 1994, p. 85

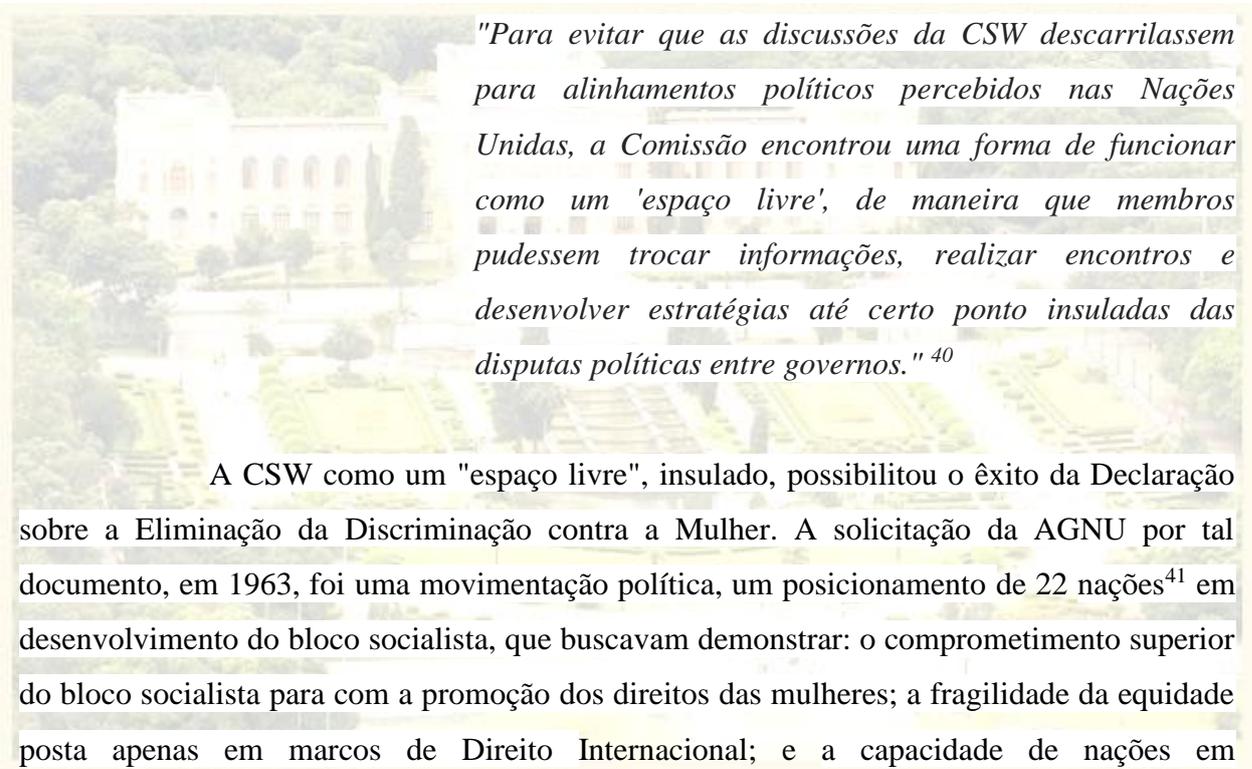
<sup>35</sup> Rincker, et al. p. 12

<sup>36</sup> Otto, Dianne. "Nongovernmental Organizations in the United Nations System: The Emerging Role of International Civil Society." *Human Rights Quarterly*, vol. 18, no. 1, 1996, pp. 107–141. p. 113.

<sup>37</sup> O final da década de 1960 teve a menor vazão de vinculações de ONGs

solicitar, em 1963, o envio de um documento a ser debatido: a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher. A solicitação marca a segunda fase<sup>38</sup> da CSW, conhecida por focar na relação das mulheres com o desenvolvimento, tanto como beneficiárias como também no papel de agentes transformadoras<sup>39</sup>. O documento que visava a consolidação dos esforços e padrões sobre direitos das mulheres e equidade de gênero foi adotado pela Assembleia em 7 de novembro de 1967.

Em meio à Guerra Fria, no mundo bipolar, são notados avanços no entendimento da situação das mulheres em relação à pobreza, direitos econômicos, fatores sociais e culturais sensíveis ao gênero. Como elucidado por Hawkesworth:



*"Para evitar que as discussões da CSW descarrilassem para alinhamentos políticos percebidos nas Nações Unidas, a Comissão encontrou uma forma de funcionar como um 'espaço livre', de maneira que membros pudessem trocar informações, realizar encontros e desenvolver estratégias até certo ponto insuladas das disputas políticas entre governos." <sup>40</sup>*

A CSW como um "espaço livre", insulado, possibilitou o êxito da Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher. A solicitação da AGNU por tal documento, em 1963, foi uma movimentação política, um posicionamento de 22 nações<sup>41</sup> em desenvolvimento do bloco socialista, que buscavam demonstrar: o comprometimento superior do bloco socialista para com a promoção dos direitos das mulheres; a fragilidade da equidade posta apenas em marcos de Direito Internacional; e a capacidade de nações em desenvolvimento de adotar princípios modernos.

Ao insular-se, a CSW teve êxito em chamar para si a responsabilidade da redação do documento e a articulação para rodadas de negociação para esse fim. A elaboração de um documento capaz de sobrelevar antagonismos Norte/Sul e Leste/Oeste levou quatro

<sup>38</sup> Período entre os anos de 1963 e 1975

<sup>39</sup> UN WOMEN. A Short History of the Commission on the Status of Women. New York: UN Women, 2019. p. 7.

<sup>40</sup> HAWKESWORTH; Mary. Political Worlds of Women: Activism, Advocacy and Governance in the Twenty-First Century. Boulder: Westview Press, 2012.

<sup>41</sup> Afeganistão, Argélia, Argentina, Áustria, Camarões, Chile, Colômbia, Tchecoslováquia, Gabão, Guiné, Indonésia, Irã, Mali, México, Mongólia, Marrocos, Paquistão, Panamá, Filipinas, Polônia, Togo e Venezuela.

anos de trabalhos, negociações e esboços. Nota-se a relevância de seu texto final em definir a discriminação contra a mulher, além da importância de a Comissão, então formada integralmente por mulheres, ter encabeçado essa redação e, claro, a capacidade de transpassar a bipolaridade da Guerra Fria, ao adotar uma abordagem bastante expansiva, abrangendo as esferas dos direitos civis/políticos e sociais/econômicos.

A Declaração foi um marco importante, não como fim, mas como ponto de inflexão sobre o caráter universal dos direitos das mulheres. Os procedimentos estabelecidos pela Convenção de relatoria por parte dos Estados-Membros eram de implementação voluntária. Desta problemática surge a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), com caráter vinculativo. A Convenção foi adotada pela AGNU em 1979.

Ao passo que a CSW avançava, o ECOSOC realizou a primeira grande revisão sobre os arranjos para vínculo consultivo das ONGs em 1968. As crises a serem respondidas eram: preocupações sobre dominação ocidental sobre as ONGs vinculadas até então; a extensão da influência de governos sobre atividades das ONGs; o aumento do número de ONGs; e as críticas de governos direcionadas à ONGs de Direitos Humanos.<sup>42</sup>

A discussão referente à dominação ocidental já fora sanada, normativamente, em 1966, com a determinação de uma composição geograficamente equitativa para o Comitê sobre Organizações Não Governamentais. A Resolução 1296, advinda do processo de revisão, reestabeleceu as relações devidamente normatizadas entre órgãos ONU e ONGs ao introduzir novos mecanismos de controle, principalmente em relação a financiamentos governamentais e engajamento sistemático com atos contra Estados infundados ou política e exclusivamente motivados.

Aproximando-se da marca dos 25 anos de existência, a CSW recomendou<sup>43</sup> a designação de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. Os objetivos da data giraram no entorno de reconhecer a discriminação de gênero, assim como outras formas de violência patriarcal culturalmente arraigadas como um problema global, convocando governos, ONGs e demais atores sociais a aumentar os esforços para promover equidade de gênero e reconhecer as contribuições das mulheres para o desenvolvimento de suas comunidades.

A definição dos esforços focais estabelecidos pela Comissão, equidade e desenvolvimento, foi somada ao reconhecimento do papel da mulher na construção da paz

<sup>42</sup> Otto, Dianne. “Nongovernmental Organizations in the United Nations System: The Emerging Role of International Civil Society.” *Human Rights Quarterly*, vol. 18, no. 1, 1996, pp. 107–141. p. 114.

<sup>43</sup> Em 1970, foi aprovado na AGNU o Programa de Longo Termo para o Avanço da Mulher, o qual designa o Ano Internacional da Mulher

mundial, adicionada pela AGNU. Estabeleceu-se então uma tripla agenda para o avanço da mulher: equidade, desenvolvimento e paz. A Comissão passou a organizar uma conferência internacional para marcar o Ano da Mulher. Stienstra ressalta a declaração do Ano Internacional da Mulher, assim como a Década da Mulher, como vitórias das ONGs envolvidas com a CSW<sup>44</sup>.

A Conferência Mundial da Mulher contou com a participação de 133 representantes Estatais, e 6.000 representantes de ONGs se fizeram presentes na agenda de eventos paralelos. O resultado do evento realizado na Cidade do México foi o Plano Mundial de Ação para a Implementação dos Objetivos do Ano da Mulher, documento que conta com linhas diretrizes para o avanço da agenda até 1985.

Os trabalhos elaborados pela Conferência Mundial da Mulher, acrescidos da pressão da comunidade de organizações de mulheres, levaram à declaração da Década da Mulher das Nações Unidas: Equidade, Desenvolvimento e Paz, trazendo legitimidade e protagonismo dos movimentos das mulheres no mundo e na agenda global. O período foi um marco histórico ao mudar o entendimento de que o desenvolvimento serviria para o avanço da pauta feminista para o reconhecimento da mulher como peça fundamental para o desenvolvimento. Nota-se a transformação da mulher em sujeito, no papel de agente transformador.

Os trabalhos da CSW se intensificaram no período, acompanhando o maior papel de destaque da pauta mundialmente. Os esforços dos grupos de trabalho na discussão e redação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher se estenderam até 1979, quando, por 130 votos a favor, o documento foi adotado pela Assembleia da ONU. A Convenção foi o primeiro instrumento internacional a definir a discriminação contra a mulher. Lê-se em seu artigo 1:

*toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.*

<sup>44</sup> STIENSTRA, Deborah. **Women's Movements and International Organizations**. London: The Macmillan Press, 1994

O instrumento vinculativo entrou em vigor em 3 de setembro de 1981, após sua ratificação pelo vigésimo Estado. O processo mais rápido para convenções de direitos humanos até a referida data. A vitória normativa que a Convenção representa por deter caráter vinculativo é inquestionável, porém deve-se notar a falta de provisões garantidoras para a implementação do documento, *v.g.* o caráter consultivo da CEDAW (Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher).

Para o acompanhamento dos objetivos da Década da Mulher, 145 Estados-Membros se reuniram para a II Conferência Mundial da Mulher, em julho de 1980, em Copenhague, que contou com a participação de 8.000 representantes de ONGs. Trabalhando em cima do Plano de Ação estabelecido na primeira conferência, foi chegado ao entendimento de que os objetivos macro da Década da Mulher não seriam atendidos sem objetivos específicos bem estruturados, principalmente nas áreas sensíveis de saúde, emprego e educação. O Programa de Ação de 1980 rogava por medidas nacionais mais incisivas sobre o direito das mulheres à propriedade, herança, custódia sobre seus filhos e nacionalidade.

Ao longo da Década da Mulher, a pauta feminista ganhou maior notoriedade no âmbito das Nações Unidas. Os diversos mecanismos de implementação e acompanhamento da agenda da Década da Mulher foram difundidos pelo ecossistema ONU, marcadas também pelo surgimento de outras estruturas como o UNIFEM e o INSTRAW.

Como efeito, alguns Estados-Membros propuseram na Assembleia que a CSW fosse abolida e suas funções transferidas para o ECOSOC. A pauta ganhava espaço no plano internacional, mesmo que, deve-se notar, à época a Comissão reunia-se bianualmente, não era a organizadora das Conferências Mundiais e detinha pouco espaço de contribuição para o desenvolvimento de cooperação. Vale retomar aqui a decisão da Comissão, em sua primeira Sessão, por manter um corpo mais restrito, de 15 membros.

A Conferência de 1980 recomendou, contrapondo a abolição da CSW, que a Comissão fosse fortalecida e que ficasse sobre sua incumbência a preparação da III Conferência Mundial da Mulher. As organizações da sociedade civil tiveram um papel central na articulação em prol da Comissão sobre o Status da Mulher e a continuidade de seus trabalhos.

A Conferência Mundial de Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para as Mulheres: Igualdade, Desenvolvimento e Paz foi realizada em Nairóbi, Quênia, em 1985. O documento final da Conferência organizada pela CSW, que contou com a

presença de 12.000 ONGs, foi adotado em consenso entre os 157 Estados-Membros. As Estratégias Prospectivas de Nairóbi para o avanço das mulheres tornaram-se um modelo para o futuro das mulheres até o fim do século XX.

Após reunir-se bianualmente, a CSW voltou a adotar Sessões anuais em 1987, quando outras alterações estruturais foram adotadas: a composição da Comissão passou para 45 Membros, que devem servir por dois anos e ser distribuídos de forma geograficamente equitativa<sup>45</sup>.

O fim da Década da Mulher e as Estratégias Prospectivas de Nairóbi marcam o início da quarta fase<sup>46</sup> de trabalhos da Comissão: Inserção da Mulher na Pauta Global. A AGNU, em resposta ao ECOSOC<sup>47</sup>, incumbiu à CSW o monitoramento dos avanços referentes às Estratégias de Nairóbi. A agenda de empoderamento feminino passa, no âmbito das Nações Unidas, a interseccionar-se com a pauta econômica e social. A Comissão expande sua presença em demais organismos ONU e a posição insulada transforma-se em interseccionada.

A maior permeabilidade da agenda dos direitos das mulheres em ambos os sentidos, ou seja, em receber e ter suas pautas recebidas em outros espaços, é parte do incremento da complexidade das relações naquela que viria a ser a última década da Guerra Fria. A contemporaneidade passa a ser marcada por alargamentos e aprofundamentos nas relações entre atores e pautas do plano internacional, e, por conseguinte, apresenta entes e pautas políticas mais interdependentes. Nota-se aqui o contexto transicional da época.

Durante a Década da Mulher, movimentos de mulheres passaram a almejar um movimento feminista global. No Sul Global, a década de 1980 foi marcada pela insurgência de movimentos de mulheres, que, ao se depararem com a tripla agenda de equidade, desenvolvimento e paz, questionavam-se sobre e para que mulheres essa agenda internacional serviria. O incômodo sentido por grupos do Sul era também presente em grupos de mulheres do Norte Global e bastante elucidado nas palavras de Bell Hooks:

*Desde o começo do movimento, mulheres de classes privilegiadas conseguiram tornar suas preocupações 'as' questões que deveriam ser o foco, em parte porque elas*

<sup>45</sup> Distribuição assentos X continente: 13 África; 11 Ásia e Pacífico; 9 América Latina e Caribe; 8 Europa Ocidental e Outros Estados.

<sup>46</sup> 1986-1995

<sup>47</sup> Resolução E/RES/1987/24 recomenda à Assembleia o apontamento da CSW como responsável pelas Estratégias de Nairóbi, recomendação esta resultado de intensas articulações entre membros da Comissão de demais atores envolvidos.

*eram o grupo de mulheres que recebia atenção pública. (...) No livro *Mística Feminina*, Betty Friedman identificou 'o problema que não tem nome' como a insatisfação que mulheres sentiam com o fato de serem confinadas e subordinadas ao lar como donas de casa. Quando a questão foi apresentada como uma crise das mulheres, era de fato uma crise somente para um grupo pequeno de mulheres brancas com alto nível de educação. Enquanto elas reclamavam dos perigos do confinamento no lar, a maioria das mulheres da nação eram da classe trabalhadora. E muitas dessas trabalhadoras, que se dedicavam a longas horas de trabalho, com baixos salários, e ainda faziam todo o trabalho doméstico, teriam enxergado o direito de ficar em casa como 'liberdade'. Não foi a discriminação de gênero nem a opressão sexista que impediram mulheres privilegiadas de todas as raças de trabalhar fora de casa. Foi o fato de os trabalhos disponíveis para elas terem sido os mesmos trabalhos de mão de obra não qualificada e pouco remunerada disponíveis para todas as mulheres trabalhadoras.*<sup>48</sup>

Quando a mulher, no âmbito das Nações Unidas, passa a ser entendida como agente de transformação na pauta do desenvolvimento econômico, ou seja, capaz de trabalhar e gerar benefícios para sua comunidade ao passo que é também beneficiada pelo trabalho e reconhecimento, os recém-inseridos grupos de mulheres do sul global, assim como mulheres do norte, já há muito eram responsáveis ou corresponsáveis por garantir o sustento familiar. A necessária interseccionalidade da pauta das mulheres refletia-se também no surgimento de iniciativas da OSC, v.g. a organização de pesquisadoras do sul global, Desenvolvimento com a Mulher por um Nova Era (DAWN). Ela foi formada em 1984 a fim de levar para agenda internacional feminina tais inescusáveis problematizações sobre desenvolvimento, mas também sobre as múltiplas experiências femininas e suas particularidades.

---

<sup>48</sup> HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadores*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018, pp. 65-66

A DAWN fez-se presente na referida Conferência de Nairóbi de 1985, apresentando críticas ao que entendia como uma visão reformista — que buscava meramente adicionar a mulher à agenda do desenvolvimento —, ao passo que entendia a necessidade de se analisar as relações de gênero de forma a contextualizar especificidades culturais e como se davam as inequidades nas relações de poder no dia a dia das mulheres, em espaços de trabalho, sim, mas também nos demais espaços nos quais diferentes corpos femininos sofrem diferentes tipos de violências.

A inserção da mulher na pauta global é, na verdade, a inserção dessa diversidade de mulheres na pauta global, a busca pela igualdade salientando especificidades para tratar-se desigualmente tais desigualdades, na medida em que se apresentam. E a ferramenta encontrada, notoriamente por OSCs de mulheres, como força motora dessa inserção, foi a pauta da violência contra a mulher — já com relevância e grande aderência no plano internacional —, agora de maneira interseccionada com pautas sociais e econômicas.

Diversas conferências internacionais, incentivadas e lideradas pelos organismos das Nações Unidas, foram realizadas ao longo dos anos 1990 com o intuito de se estabelecer uma agenda global para o desenvolvimento. A permeabilidade da pauta da equidade de gênero fez-se, por um lado, através do sucesso obtido por grupos de mulheres em remarcar a perpetuação da inequidade de gênero como fator impeditivo para o sucesso da pauta central de uma série de conferências nas quais se fizeram presentes. E assim foi em 1992, ao longo das reuniões sobre meio ambiente da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; em 1993, na Conferência sobre Direitos Humanos; em 1994, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento; em 1995, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social; em 1996, na Conferência sobre Assentamentos Humanos (Habitat II); e em 1996, na Cúpula Mundial sobre Alimentação. No mundo pós-Guerra Fria, contemporâneo, tudo aquilo que havia se discutido insularmente pôde se transbordar para além dos muros impostos anteriormente.

A quarta Conferência da Mulher, realizada em Pequim, 1995, acompanhou a evolução histórica de organizações presentes, sendo o maior evento das Nações Unidas até então. O processo de preparação para a Conferência em si contou com cinco encontros regionais entre os meses de junho e novembro de 1994, estes antecedidos por consultas à sociedade civil e encontros preparatórios entre organizações de mulheres. Conforme

documento preparatório<sup>49</sup> para a reunião da AGNU sobre a evolução histórica da pauta das mulheres no âmbito das Nações Unidas:

*A presença e influência de ONGs, uma das forças mais ativas na busca pela equidade de gênero, aumentou consideravelmente desde a Conferência da Cidade do México, em 1975. Em Pequim, as ONGs influenciaram diretamente o conteúdo da Declaração e Plataforma de Ação, assim como viriam a deter um importante papel em responsabilizar e cobrar seus líderes nacionais pelos compromissos por eles firmados em implementar a Plataforma.*

Não somente a realização da Conferência contou com uma maior incidência de atores outros além da esfera estatal, como a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres foi um marco na evolução da pauta da mulher no plano internacional por, no centro das pautas da agenda oficial, preocuparem-se majoritariamente com a conceitualização das existências femininas.

*A transformação fundamental em Pequim foi o reconhecimento da necessidade de mudar o foco da mulher para o conceito de gênero, reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, e todas as relações entre homens e mulheres dentro dela, tiveram que ser reavaliados. Só por essa fundamental reestruturação da sociedade e suas instituições poderiam as mulheres ter plenos poderes para tomar o seu lugar de direito como parceiros iguais aos dos homens em todos os aspectos da vida. Essa mudança representou uma reafirmação de que os direitos das mulheres são direitos humanos e que a*

<sup>49</sup> Perspectiva histórica, elaborada pela então Divisão da ONU para Mulheres, apresentada ao evento da reunião intitulada *Women 2000*, encontro extraordinário da AGNU convocado para revisão do progresso da Plataforma de Ação de Pequim. Localizador DPI/2035, porém indisponível o acesso na íntegra no portal digital da biblioteca do sistema ONU. Disponibilizado pela ONU Mulheres em <<https://www.un.org/womenwatch/daw/followup/session/presskit/hist.htm>>

*igualdade de gênero era uma questão de interesse universal, beneficiando a todos.*<sup>50</sup>

Os avanços normativos das primeiras fases e o crescente protagonismo da pauta da mulher nas seguintes etapas acompanham a evolução das ondas feministas<sup>51</sup>. Não diferentemente, a Conferência de 1995 foi profundamente marcada pela terceira onda, abrangendo uma maior diversidade de visões e experiências femininas. A maior complexidade de atores tornou custoso o consenso para o documento final. Foi através da intercorrelação de pautas que foi possível acordar-se pela Declaração e Plataforma de Ação, apresentada em 12 áreas de preocupação necessárias para o alcance da equidade de gênero: Mulheres e Pobreza; Educação e Capacitação de Mulheres; Mulheres e Saúde; Violência contra a Mulher; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres no Poder e na Liderança; Mecanismos Institucionais para o Avanço das Mulheres; Direitos Humanos das Mulheres; Mulheres e a Mídia; Mulheres e Meio Ambiente; Direitos das Meninas.

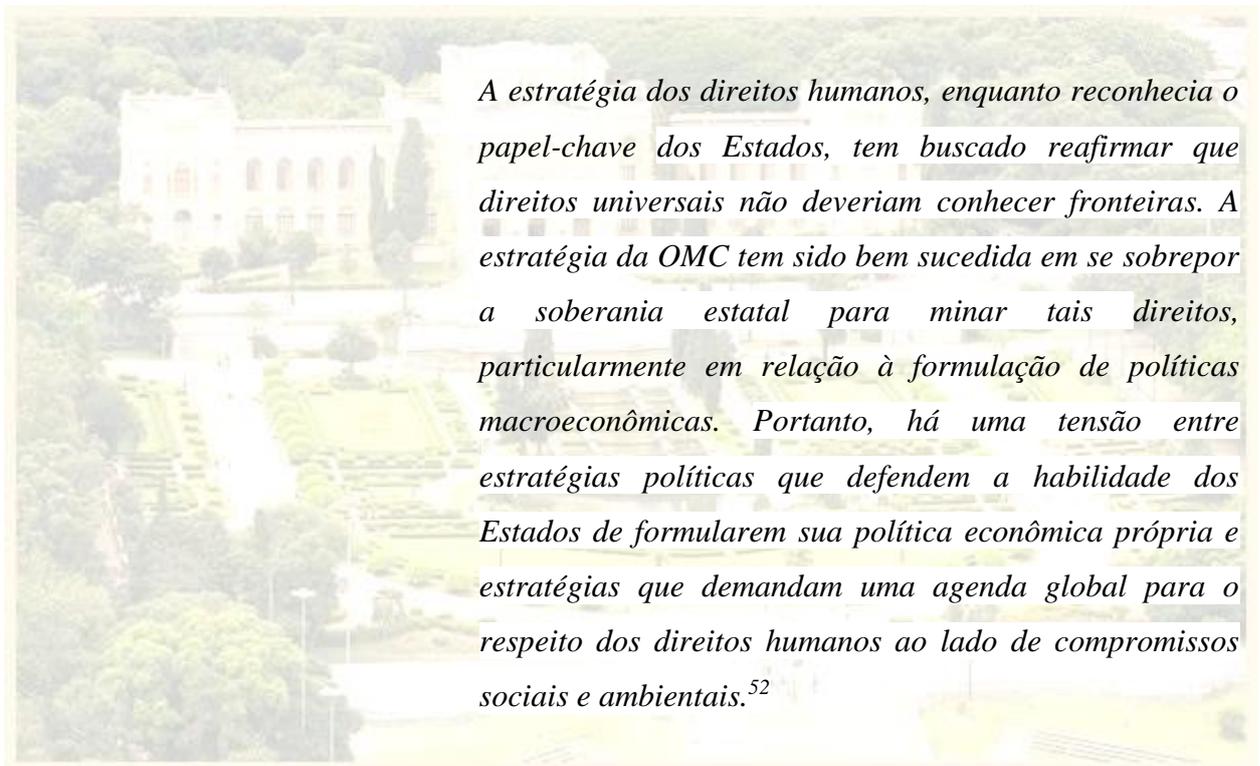
A espiral de influências entre as agendas, de forma a se coconstituírem, acompanhava e era contemplada com as movimentações dos organismos das Nações Unidas em busca da construção de uma agenda global única, impulsionadas pela aproximação da virada do milênio. Em setembro de 2000, foi adotada a Declaração do Milênio da ONU e seus oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio — a serem cumpridos em 15 anos. Os objetivos eram: Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome; Atingir o Ensino Básico Universal; Promover a Igualdade de Gênero e a Autonomia das Mulheres; Reduzir a Mortalidade Infantil; Melhorar a Saúde Materna; Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras Doenças; Garantir a Sustentabilidade Ambiental; e Estabelecer uma Parceria Mundial pelo Desenvolvimento.

---

<sup>50</sup> Perspectiva histórica, elaborada pela então Divisão da ONU para Mulheres, apresentada ao evento da reunião intitulada *Women 2000*, encontro extraordinário da AGNU convocado para revisão do progresso da Plataforma de Ação de Pequim. Localizador DPI/2035, porém indisponível o acesso na íntegra no portal digital da biblioteca do sistema ONU. Disponibilizado pela ONU Mulheres em <<https://www.un.org/womenwatch/daw/followup/session/presskit/hist.htm>>

<sup>51</sup> Notoriamente, são três as ondas do feminismo: a primeira foi marcada por reivindicações l.;/l políticas, questionamentos sobre o papel da mulher na sociedade. Tomo a liberdade de notar aqui que existiam também aquelas mulheres da primeira onda do feminismo que lutavam pelo fim da escravização de seus corpos e pares. Estendendo-se até meados dos anos 1950, quando ocorreu a segunda onda, marcada pela evolução nos estudos da condição de ser mulher, a luta por direitos reprodutivos e explorações sofridas pelo sexo feminino. A partir de 1989, com a culminação do termo interseccionalidade, inicia-se a terceira onda, pós-estruturalista, que é marcada por alargamento de pautas em busca de atender a uma diversidade de demandas até então não contempladas no movimento, v.g. mulheres trans, gordas, pobres.

Ao longo dos anos 1990, grupos de mulheres buscaram formar “contratos sociais” (DAWN, 2005) que poderiam ser utilizados para pressionar e cobrar governos em relação a avanços na pauta das mulheres. Conforme se davam as grandes conferências da última década do milênio e mais avanços normativos eram alcançados, a economia transnacional neoliberal se fortalecia, influenciada pelo Consenso de Washington e pela intensificação do processo de globalização. Nota-se aqui a criação e fortalecimento de órgãos como Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e Fundo Monetário Internacional, além de sua influência em políticas domésticas. A somatória dessas influências diversas gerou, como elucidado por Barton, um “questionamento estratégico” para os movimentos de mulheres:



*A estratégia dos direitos humanos, enquanto reconhecia o papel-chave dos Estados, tem buscado reafirmar que direitos universais não deveriam conhecer fronteiras. A estratégia da OMC tem sido bem sucedida em se sobrepôr a soberania estatal para minar tais direitos, particularmente em relação à formulação de políticas macroeconômicas. Portanto, há uma tensão entre estratégias políticas que defendem a habilidade dos Estados de formularem sua política econômica própria e estratégias que demandam uma agenda global para o respeito dos direitos humanos ao lado de compromissos sociais e ambientais.<sup>52</sup>*

A entrada no novo milênio é marcada por uma relevância crescente de três forças interrelacionadas, centrais para a compreensão do contexto: neoliberalismo econômico, fundamentalismo político-religioso e militarismo<sup>53</sup>. O avanço das pautas neoliberais somada a propagação do estilo de vida estadunidense/ocidental frente a culturas locais leva ao fenômeno do fundamentalismo numa relação complexa muito além de qualquer simples causa e consequência. E, a partir do 11 de setembro de 2001 o governo estadunidense desloca a pauta internacional para um debate centrado em segurança nacional e a dita “Guerra ao Terror”.

<sup>52</sup> BARTON, Carol. Where to for women’s movements and the MDGs? Gender and the Millennium Development Goals. Cowley: Oxfam GB, 2005. p. 26

<sup>53</sup> Ibid, p. 27

É nesse contexto de emergência de guerras civis no continente africano e tensionamentos no Oriente Médio que a comunidade de grupos de mulheres é convocada a apoiar os ODM. Os encontros anuais da CSW ganham relevância para as ONGs ao fortalecer a comunidade internacional de grupos de mulheres, possibilitando trocas de experiências, novas formações de grupos regionais, articulações transnacionais e a construção. Por mais que os avanços internos da agenda oficial sejam questionados por alguma vagarosidade ou por compromissos firmados nos documentos finais dos encontros serem pouco contundentes, a presença de ONGs não para de crescer nesse espaço.

O chamado levou a uma ampla reflexão da comunidade de grupos de mulheres sobre os ODM dado o contexto no qual a agenda fora construída e suas possibilidades de ação dentro e para além da agenda de oito pontos. Foram diversas as críticas realizadas pela comunidade feminista aos ODM, elencados por Barton<sup>54</sup>: a limitação de uma agenda minimalista de oito pontos; os esforços tecnocráticos postos como solução para problemas políticos sistêmicos; a ausência de diversos pontos do Plataforma de Ação de Pequim; a exclusão das populações locais pobres dos processos de decisão sobre erradicação da pobreza e; a adoção da noção de crescimento macroeconômico como meio para erradicação da pobreza, nos moldes do Consenso de Washington, desatentando-se a desigualdades internas.

Em face a tais incômodos, grupos de mulheres se mobilizaram em torno da aproximação da revisão dos 5 anos dos ODM e 10 anos da Plataforma de Ação de Pequim para cobrir os objetivos do milênio com uma ótica sensível as questões de gênero. Para tanto, o Projeto do Milênio, iniciativa de Jeffrey Sachs<sup>55</sup>, foi a plataforma ideal. O projeto visava refinar os indicadores e prover os objetivos com objetivos específicos para implementação efetiva da agenda. A presença de representantes do movimento nos grupos de trabalho do Projeto teve sucesso em reintroduzir elementos da Plataforma de Ação de Pequim do relatório final de Sachs.

As lições da experiência dos ODM, de uma estrutura única basilar para as pautas globais, foram diversas. Com a aproximação de 2015 e o alcance parcial e desigual de seus objetivos levaram a necessidade da inversão da lógica *top-down* usada na formulação dos ODM para um processo de estruturação mais inclusivo para o pós-2015. Aproximava-se, também, a reunião de revisão dos 20 anos da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio+20. Parte do processo preparatório para a Rio+20 foi a compilação de relatorias nacionais sobre desenvolvimento sustentável, trabalho realizado pela CSD

---

<sup>54</sup> Ibid, pp. 29-30

<sup>55</sup> Special adviser to the UN Secretary-General

(Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável) que, entre 2004 e 2011 colheu 405 relatórios nacionais em temas específicos.

O processo de formulação da Agenda 2030 se deu a partir da Rio+20, em 2012, e 2015. Em janeiro de 2013 a AGNU estabelece o Grupo de Trabalho Aberto sobre os ODS (OWG), composto por 30 assentos compartilhados por até 3 Estados e acompanhado pela incidência de ONGs de temáticas diversas. Para além do OWG foram onze consultas temáticas internacionais, 5 regionais e 88 nacionais. Entre 2013 e 2014 o OWG reuniu-se em treze ocasiões, sendo as cinco últimas reuniões de negociação dos insumos coletados ao longo dos primeiros oito encontros. Foram mais de 870 intervenções da sociedade civil nas reuniões de negociação<sup>56</sup>.

Os resultados de um processo mais inclusivo são perceptíveis na estruturação dos objetivos e metas, a interconexão estabelecida entre os objetivos, o grau de aprofundamento presente em cada um dos 17 pontos assim como na receptividade dos grupos de ONGs em engajar ativamente na territorialização dos ODS.

## 5. INSIDERS OUTSIDE

Visto a trajetória histórica da CSW e a presença crescente de representantes da sociedade civil nos eventos internacionais da pauta dos direitos das mulheres é possível aferir que as organizações das mulheres impactam o curso do plano internacional e, mais especificamente, da própria CSW? É possível notar, sim, uma pressão constante por maiores espaços, por assegurar espaços ganhos, por avanços normativos. Mas seria essa pressão prova de uma influência nas tomadas de decisão?

A resposta curta seria não: as organizações de mulheres mantem uma influência histórica no plano internacional de fraca a moderada<sup>57</sup>. Seja atuando como especialistas, através de consultas ou ativistas, articulando com suas pares e representantes estatais, as ONGs tiveram, sim, pontos de influência mais direta – como em assegurar a continuidade da CSW ao passar a organização das Conferências da Mulher à Comissão. Porém, no quadro geral, mesmo os ganhos normativos obtidos no caminho pouco puderam ser territorializados pela falta de mecanismos de execução cabíveis.

<sup>56</sup> SÉNIT, Carole-Anne. Leaving no one behind? The influence of civil Society participation on the Sustainable Development Goals. P. 699

<sup>57</sup> Ibid

É preciso notar aqui a organização do espaço das Sessões da Comissão. Enquanto os eventos da agenda oficial ocorrem nas instalações da AGNU, os *side events* e *parallel events* acontecem, em sua maioria, nos arredores da Nações Unidas. Isso não significa que as reuniões oficiais são fechadas para a sociedade civil — apenas dificultada. O acesso à sede das Nações Unidas segue um protocolo de segurança bastante minucioso, por vezes vagaroso. Não somente sobre o acesso físico ao espaço, as barreiras invisíveis postas entre representantes de Estados dificultam avanços, normalmente tendo como documento final consensos vagos e distantes de muitas realidades.

Desta dificultosa jornada até os suntuosos salões da AGNU, a autora Daniela Jauk empresta o conceito de *insider outside* primeiramente utilizado por Hill Collins ao descrever a experiência das feministas negras na academia. Nas palavras de Jauk:



*Ativistas feministas trazem conhecimento de insider sobre as experiências e necessidades das mulheres para mesa das negociações da ONU e são especialistas/insiders sobre os tópicos negociados nas reuniões da CSW. No entanto, meus dados revelam que elas enfrentam desafios em termos de acesso e acessibilidade na ONU. (...) mulheres ativistas são incorporadas, mas também privadas de direitos nas negociações reais da CSW e permanecem amplamente outside no processo de modelagem política normativa de gênero.<sup>58</sup>*

A autora ainda vai além ao destacar o paradoxo existente entre quanto mais *insider* uma mulher for, mais *outside* ela garantidamente estará em termos de produção factual da política global de igualdade de gênero. A exemplo: uma mulher rural que não fala inglês na CSW de 2012 que tinha como tema central as mulheres rurais<sup>59</sup>.

Então, até aqui concluímos que o espaço oficial da CSW, por mais que permita e incentive a participação da sociedade civil, ainda não é tão permeável e acessível — sendo aqui possível argumentar que os é o tanto quanto possível.

<sup>58</sup> JAUK, Daniela. **Global gender policy development in the UN:** a sociological exploration of the politics, processes, and language. University of Akron, 2013 p. 49-50

<sup>59</sup> Ibid p. 51

Se de tão difícil acesso, como pode a presença em número de representantes da sociedade civil aumentar tão significativamente? Ora, se as *insiders* estavam *outside*, tornaram o fora, dentro. A riqueza da CSW e das Conferências Mundiais das Mulheres está nos encontros, painéis, workshops que ocorrem no entorno da agenda oficial. É ali que alianças são feitas, novos grupos de trabalho formados, articulações desenhadas. O poder das relações horizontais e transnacionais entre movimentos sociais, embasadas em um respeito mútuo de traços culturais, escuta ativa, comunicação não-violenta e ganhos mútuos de experiência e conhecimento para levar as suas respectivas comunidades é fundamentalmente feminista.

Salienta-se a magnitude de avanços normativos de aparência tão singela quanto a inserção da palavra mulher na DUDH, assim como a coragem de cada uma das mulheres envolvidas nessa trajetória. A territorialização das pautas das mulheres, a existência de espaços de trocas e somas foram e são possíveis graças a cada pequeno grande avanço normativo — que continua sendo relevante e necessário. A universalidade dos direitos das mulheres — no plural, sempre —, continua sendo um desafio. Continuamos sob a influência da tríplice agenda do pós 11 de setembro (militarização, fundamentalismos e neo-liberalismo), naturalmente avessa à qualquer avanço pela equidade de gênero. Por isso, seguimos.

## BIBLIOGRAFIA

BARTON, Carol. Where to for women's movements and the MDGs? **Gender and the Millennium Development Goals**. Cowley: Oxfam GB, 2005. pp. 25-35

CAPUCIO, Camilla. A fragmentação do Direito Internacional: entre o discurso e a realidade do sistema jurídico internacional. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 111, p. 311-338, São Paulo, 9 jun. 2017.

HAWKESWORTH; Mary. **Political Worlds of Women: Activism, Advocacy and Governance in the Twenty-First Century**. Boulder: Westview Press, 2012.

HARWICK, Chares. **Semiotics and Signifcs: the Peirce-Welby Correspondance**. Bloomington: Indiana University Press, 1977.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.



INTERNATIONAL LAW COMMISSION. **Summaries of the Work of the International Law Commission.** Geneva, 15 jul 2015. Disponível em: <[https://legal.un.org/ilc/summaries/1\\_9.shtml](https://legal.un.org/ilc/summaries/1_9.shtml)>. Acesso em: 02 mar. 2020.

JAUK, Daniela. **Global gender policy development in the UN:** a sociological exploration of the politics, processes, and language. University of Akron, 2013. Disponível em: <[https://etd.ohiolink.edu/!etd.send\\_file?accession=akron1373552040&disposition=inline](https://etd.ohiolink.edu/!etd.send_file?accession=akron1373552040&disposition=inline)>. Acesso em: 05 de jun. de 2020.

KOSKENNIEMI; Martti. **Fragmentation of International Law:** difficulties arising from the diversification and expansion of international law. Geneva: International Law Commission/UNGA, 2006.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, Dec. 2005.

NAVARRO, Márcia Hoppe. Entre o acadêmico e o popular: os rumos do feminismo atual. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 243-249, Apr. 2009.

OTTO, Dianne. Nongovernmental Organizations in the United Nations System: The Emerging Role of International Civil Society. **Human Rights Quarterly**, v. 18, n. 1, 1996, p. 107–141. *JSTOR*, [www.jstor.org/stable/762638](http://www.jstor.org/stable/762638). Accessed 08 Apr. 2020.

PEREIRA, Maria Tereza F.; CAVEDON, Neusa R. Os bastidores de um estudo etnográfico: trilhando os caminhos teórico-empíricos para desvendar as culturas organizacionais de uma livraria de shopping center. **CADERNOS EBAPE.BR, Faculdade Getúlio Vargas**, v. 7, nº 1, artigo 10, p. 153-168, Rio de Janeiro, Mar. 2009.

PRICE, Richard. Transnational Civil Society and Advocacy in World Politics. **World Politics**, Cambridge University Press, v. 55, n. 4, p. 579-606, Cambridge, Jul. 2003.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional.** São Paulo: Saraiva, 2012.

RINCKER, Meg; HENDERSON, Marisa; VIDIGAL, Renato; DELGADO, Daniel. Evaluating the Representation and Responsiveness of the United Nations Commission on the Status of Women (CSW) to Diverse Women Populations Worldwide. **Journal Frontiers in Sociology: Section Gender, Sex and Sexuality Studies**, v. 4, artigo 41.

SÉNIT, Carole-Anne. Leaving no one behind? The influence of civil Society participation on the Sustainable Development Goals. **Environment and Planning C: Politics and Space**, v. 38 artigo 4, 693–712.

SODRÉ, Muniz. **As Estratégias Sensíveis: afeto, mídia e política.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

STIENSTRA, Deborah. **Women's Movements and International Organizations.** London: The Macmillan Press, 1994.

UN WOMEN. **A Short History of the Commission on the Status of Women.** New York: UN Women, 2019.

WINSLOW, Anne. **Women, Politics, and the United Nations: Contributions in Women's Studies.** Greenwood Press: Westport, 1995.



All Rights Reserved ©

Polifonia - Revista Internacional da Academia Paulista de Direito

ISSN da versão impressa: 2236-5796

ISSN da versão digital: 2596-111X

[academiapaulistaeditorial@gmail.com/diretoria@apd.org.br](mailto:academiapaulistaeditorial@gmail.com/diretoria@apd.org.br)

[www.apd.org.br](http://www.apd.org.br)



This work is licensed under a [Creative Commons License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)